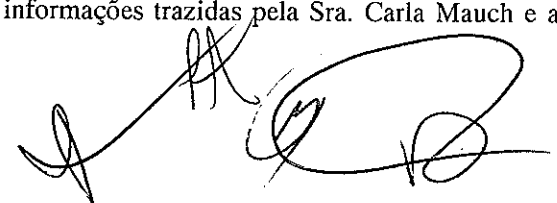
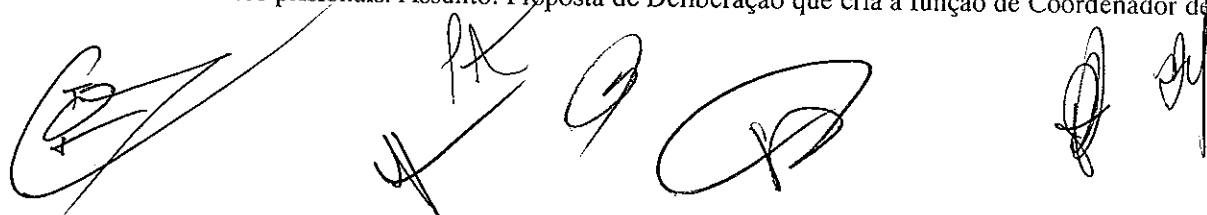


ATA DA 262ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2010/2012

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano dois mil e onze, na Sala de Reuniões do Edifício sede da Defensoria Pública do Estado, situado na Rua Boa Vista, nº 200, 1º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência da Senhora Defensora Pública-Geral do Estado, Daniela Sollberger Cembranelli. Presentes os (as) Conselheiros (as): Bruno Diaz Napolitano, Luis Cesar Rossi Francisco, Denise Nakano Veronezi, Luciana Zaffalon Leme Cardoso, Pedro Antonio de Avellar, Franciane de Fátima Marques, Fabiana Botelho Zapata, Márcia Regina Garutti, e, representando a Apadep, Rafael Moraes Português. Ausentes justificadamente os (as) Conselheiros (a): Antonio José Maffezoli Leite, Octavio Gínez de Almeida Bueno, Juliana Garcia Belloque e José Moacyr Doretto Nascimento. Deu-se início aos trabalhos às 09h50. A Presidente informou que as atas das últimas sessões estão sendo revisadas e serão encaminhadas na próxima semana. Comunicou que esteve na Assembléia Legislativa para tratar do PL 40, oportunidade em que conversou com algumas lideranças e com a presidência, as quais deram apoio ao projeto e trabalharão para a votação e aprovação até o final do ano. Informou que paralelamente tratou com os Deputados do PL 65/11 que trata da gestão do FAJ e do convênio OAB/SP, de iniciativa do Deputado Campos Machado, que além do vício formal quanto à iniciativa, padece de inconstitucionalidade material. Prestou informações sobre o pagamento das certidões para os advogados conveniados. Lamentou que as carteiras funcionais tenham sido entregues com material muito aquém do desejado, além das falhas que podem, inclusive, ser passíveis de falsificação, razão pela qual a Assessoria Jurídica já emitiu uma notificação à empresa para apresentar um novo material de melhor qualidade e, caso não o faça, irão ser tomadas providências administrativas para a denúncia do contrato e aplicação de sanções. Informou que, paralelamente a isso, a Defensoria Pública de São Paulo irá aderir ao contrato que está sendo formulado pelo Condege para confecção da carteira pela Casa da Moeda. Solicitou paciência à carreira e informou que o DRH emitirá uma certidão e distribuirá aos Defensores Públicos que necessitarem da comprovação de sua condição funcional. Por fim, noticiou que na próxima semana será realizada a última reunião do ano com os coordenadores regionais. Passou-se à comunicação da Secretaria, que justificou a ausência dos Conselheiros Antonio José Maffezoli Leite, Octavio Gínez de Almeida Bueno, Juliana Garcia Belloque e José Moacyr Doretto Nascimento. Não havendo mais comunicações, passou-se ao momento aberto. A Presidente abriu a palavra aos inscritos. A Defensora Pública Carolina Rangel Nogueira, da Regional de Infância e Juventude, solicitou que as visitas a estabelecimentos prisionais sejam previstas por deliberação e não por ato como feito atualmente e ainda, por isonomia, que essas visitas sejam gratificadas para os Defensores da Infância e Juventude, caso seja aprovada a proposta de gratificação para que Defensores da área Criminal visitem estabelecimentos prisionais e sejam dispensados do atendimento na triagem. A Presidente registrou sua contrariedade em estabelecer remuneração a visitas em estabelecimentos prisionais, visto que esta atividade deve ser realizada por Defensores Públicos espontaneamente. A Sra. Carla Mauch, da “Ong Mais Diferença” veio ao Colegiado falar sobre o atendimento a pessoas com necessidades especiais e discursou sobre o cuidado e treinamento na formação dos intérpretes em libras para atendimento aos deficientes auditivos, para o qual sugeriu a contratação de uma empresa especializada e material em braile para pessoas com deficiência visual, o qual pode ser feito adquirindo uma impressora que imprime braile e outras tecnologias. Informou que diferentemente da libras, o braile não é uma língua, mas somente transcrição e apresentou um programa de leitor de tela via internet. A Presidente agradeceu a presença e informou que a Defensoria Pública caminha neste sentido e questionou o que é necessário para formação de um profissional, a durabilidade dos materiais em libras, preocupando-se em assumir o compromisso e cumpri-lo devidamente. A Sra. Carla Mauch informou que a formação de um intérprete leva de 3 a 4 anos e que a linguagem dos sinais ainda é falha em termos jurídicos. A Presidente solicitou que a secretaria junte aos autos as informações trazidas pela Sra. Carla Mauch e abriu a palavra para a

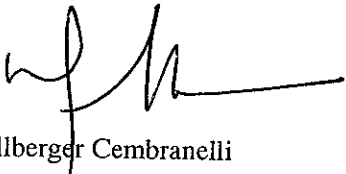


Sra. Nilde, representante da União dos Moradores de Paraisópolis que solicitou ao colegiado a presença de um Defensor Público no evento Jornada da Cidadania, que ocorrerá dia 03/12/2011. A Presidente informou que encaminhará o convite à Coordenadora da Regional Sul para tentar viabilizar a presença da Defensoria Pública no evento. Solicitou que a Secretaria encaminhe o ofício à Segunda Subdefensora Pública para a abertura de procedimento. Não havendo mais inscritos passou-se à manifestação dos Conselheiros. Luis César comunicou que o Defensor Danilo Mendes, de São Carlos, está promovendo na respectiva Regional um ciclo de palestras e discussões sobre o enfrentamento da dependência química. A Conselheira Fabiana Zapata relatou problemas envolvendo violações ao direito de ampla defesa de adolescentes em uma Vara da Infância e Juventude na Capital, visto que um juiz decidiu que os processos de apuração de atos infracionais não seriam mais encaminhados à Defensoria Pública, mas sim a um advogado com atuação *pro bono* que concorda com a situação e, além disso, relatou que nesses feitos não são colhidos formalmente o depoimento do adolescente e as oitivas das testemunhas de defesa. Informou que a Defensoria passou a ter contato com os casos apenas na fase de execução de medidas socioeducativas. A Segunda Subdefensora Pública, Conselheira Denise Nakano, prestou alguns esclarecimentos a respeito. O representante da Apadep sugeriu que a Corregedoria leve a questão para a Corregedoria de Justiça. Informou que o PLS 125/11, que trata de alterações na Lei de Responsabilidade Fiscal e reserva 2% do orçamento dos Estados para a Defensoria Pública, tramita em regime de urgência no Senado Federal e pode ser votado na próxima terça-feira, para o que solicitou a presença da Defensora Pública-Geral. Relatou o sucesso do X Congresso Nacional de Defensores Públicos. Informou que a Apadep está trabalhando para que não haja a votação do PL 65/11 que trata da gestão do FAJ e do convênio OAB/SP. A Presidente informou que estará presente na votação do PL 125 e agradeceu o auxílio da Apadep na mobilização em torno do PL 65/11. Informou que solicitou aos Coordenadores das Regionais uma mobilização para colher moções com juízes do Estado e câmaras municipais, solicitando o fortalecimento da Defensoria Pública e enaltecendo a fiscalização do convenio da OAB/SP. O Conselheiro Bruno questionou se houve alguma amostra da carteira funcional. O Conselheiro Bruno destacou que os colegas que ingressaram na carreira pelo 4º concurso estão sem identificação até o momento e sugeriu a emissão das primeiras carteiras funcionais emitidas ou a certidão do DRH. Sugeriu que haja um trabalho uniforme de arquivamento de documentos e papéis na Instituição. A Presidente informou que se reuniu com a Coordenadora Geral de Administração para retomar os estudos com a comissão criada na última gestão e solicitou que o Conselheiro encaminhe sugestões para a CGA. A Presidente encaminhou proposta de suspensão da sessão ordinária no dia 09/12/2011, em razão do feriado do dia 08/12/2012, lembrando que será dia útil na Instituição. Aprovado por unanimidade. O Conselheiro Pedro questionou como se dará o funcionamento da Defensoria Pública no período de recesso do Tribunal de Justiça. A Presidente informou que irá se interar e trará a solução na próxima semana. O representante da Apadep registrou o pedido de atendimento por escala nesta semana. Não havendo mais manifestações, passou-se a ordem do dia. CSDP nº 1129/09. Interessado: Corregedor-Geral. Assunto: Proposta de rotina à carreira, nos termos do artigo 31, inciso XX, da Lei Complementar Estadual nº 988/06. Relatora: Conselheira Juliana Garcia Belloque. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 483/10. Interessado: Wladimir Alves Bitencourt. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 25/06 (que regulamenta o Concurso de Promoção na Carreira de Defensor Público). Relator: Conselheiro Octavio Ginez de Almeida Bueno. A secretaria consultou a Presidência quanto à suspensão do prazo do processo em razão da licença gala do relator. O Conselheiro Bruno informou que o relator pediu para dar andamento do processo e sugeriu que elabore o voto para retorno imediato na pauta. A Presidente encaminhou proposta de prorrogação para a juntada nos autos, do trabalho realizado pela comissão formada, para após abrir consulta pública a carreira. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar o procedimento para a próxima sessão, para juntar aos autos a conclusão do trabalho realizado pela comissão formada. CSDP nº 281/11. Interessado: Grupo de planejamento para regulamentar as visitas em estabelecimentos prisionais. Assunto: Proposta de Deliberação que cria a função de Coordenador de




Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the left, several smaller initials in the center, and a signature on the right.

Assistência a Presos Provisórios e fixa suas rotinas administrativas. Relator: Conselheiro Antonio Jose Maffezoli Leite. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 334/11. Interessados: Ouvidoria Geral da Defensoria Pública e Coordenador do Núcleo Especializado dos Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência. Assunto: Proposta de Deliberação para a regulamentação de atendimento diferenciado voltado a pessoas idosas, com deficiência e transtorno global de desenvolvimento nas unidades da Defensoria Pública. Relatora: Conselheira Márcia Regina Garutti. Vista concedida ao Conselheiro Luis Cesar Rossi Francisco. CSDP nº 351/11. Interessado: Danilo Kazuo Machado Miyazaki. Assunto: Pedido de afastamento para participação no "III Seminário Nacional de Política Criminal e Penitenciária", nos dias 28 e 29 de novembro de 2011. Relator: Conselheiro Luis Cesar Rossi Francisco. O relator leu o voto. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o afastamento do interessado, sem percepção de diárias e demais verbas indenizatórias. CGDP CAEP nº 060/11. Interessada: Marina Costa Craveiro Silva. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 074/11. Interessada: Simone Lavelle Godoy de Oliveira. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 017/11. Interessado: Carlos Eduardo de Almeida Rabelo. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. Prorrogado para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 009/11. Interessado: Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luis Cesar Rossi Francisco. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 005/11. Interessada: Ana Livia Mottola. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Octavio Ginez de Almeida Bueno. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 002/11. Interessado: Alex Gomes Seixas. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. Não havendo mais processos a serem relatados na ordem do dia, a Senhora Presidente declarou encerrada a sessão. Eu, Andrea Silva Britto, Secretária do Conselho Superior da Defensoria Pública, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de 2011.



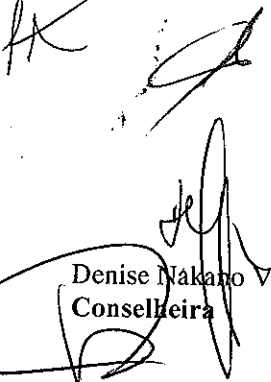
Daniela Sollberger Cembranelli
Presidente



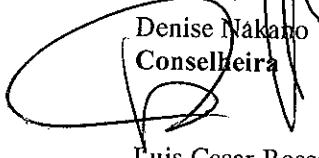
Márcia Regina Garutti
Conselheira



Bruno Diaz Napolitano
Conselheiro




Denise Nakano Veronezi
Conselheira




Luis Cesar Rossi Francisco
Conselheiro



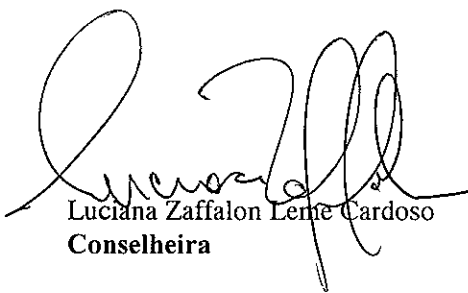
Fabiana Botelho Zapata
Conselheira



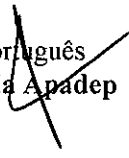
Franciane de Fátima Marques
Conselheira



Pedro Antonio de Avellar
Conselheiro



Luciana Zaffalon Leme Cardoso
Conselheira



Rafael Morais Português
Representante da Apadep